Porã, Dourados, Rio Brilhante e o Distrito de São Gabriel do Oeste, em Camapuã.

La, em Mato Grosso do Sul, não houve sonegação de combustíveis às vésperas da nova alta de preços. Houve, sim, falta efetiva de óleo diesel. Houve e ainda ha.

Mato Grosso do Sul para atender ao apelo do Presidente João Figueiredo necessita de uma quota adicional de diesel de pelos menos 30% sobre a atual.

Se tal não acontecer, não haverá a tão esperada resposta dos homens do campo ao Presidente.

Haverá, sim, outra resposta. A resposta da decepção do desânimo, do desinteresse e da quase revolta.

Os homens do campo merecem um tratamento à altura de seu hercúleo esforço e do atendimento ao apelo que lhe fez o Presidente Figueiredo.

É bom que os Ministros da área econômica disso entendam e façam com que o Conselho Nacional do Petróleo não deixe faltar óleo diesel aos brasileiros, sobretudo de Mato Grosso do Sul, que, nos campos que estão lavrando, buscam a melhor alternativa para o Brasil vencer o grande desafio da crise energética: produzir cereais, grãos para a substância de nossos compatriotas e para fortalecer as nossas divisas financeiras.

Óleo diesel para Mato Grosso do Sul é o apelo que desta Tribuna ora faço às autoridades responsáveis.

O SR. FREITAS DINIZ (MDB — MA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, as propostas do Governo Figueiredo, todas elas, objetivam a institucionalização do regime que aí está e que, todos sabem, é fruto e conseqüência do golpe de 64. Entre as iniciativas que objetivam a institucionalização do citado regime, está tramitando no Congresso Nacional a chamada proposta de anistia do Governo, que, para nós, nada mais é do que um perdão unilateral do ditador de agora.

Estas palavras têm o sentido de mostrar que jamais poderemos aceitar esta proposta de anistia. Anistia, para nós, significa reconciliação nacional, e os fatos aí estão, as leis de exceção aí estão, para mostrar a inviabilidade da reconciliação nacional. Poderíamos citar dezenas de fatos e dezenas de leis excepcionais. Fixar-nos-emos apenas numa, a Lei de Segurança Nacional, que, segundo dizem os detentores do Poder, é um instrumento que caracteriza o estado de beligerância interna. Ora, se estamos num estado de beligerância interna, segundo dizem eles, como poderemos propor a reconciliação nacional?

Fatos, posso citar um, ocorrido na Região Amazônica. Lá na Amazônia processaram-se manobras antiguerrilhas das Forças Armadas, especificamente da Marinha. Pois bem, constatou-se, através de reportagem publicada em "O Liberal", no dia 1.º de julho de 1979, de autoria do jornalista José Maia Sousa, que os soldados da Marinha não só são instruídos para prender e matar, mas também são treinados para torturar. Citarei um trecho daquela reportagem, que não deixa dúvidas a respeito da finalidade daqueles exercícios militares. Diz um trecho da reportagem:

> "Nesse mesmo dia, o primeiro ponto de entroncamento na estrada foi tomado. As forças federais, cercaram o terreno por todos os lados. O PC — posto de controle do "inimigo" estava bem vigiado, entretanto, o assalto foi efetuado de modo rápido e objetivo, e com granadas de efeito moral e balas de festim, foi tomado. Os "guerrilheiros", foram levados até o PC das forças federais em Vila do Conde amarrados, sofrendo torturas simuladas."

Vejam bem, Sr. Presidente e Srs. Deputados, em que situação estamos: as Forças Armadas brasileiras estão instruindo os soldados para matar e torturar.

Então, o que ocorre em Belo Horizonte faz parte desta determinação superior, na qual está comprometido o Sr. General João Baptista Figueiredo, que não merece, nos seus atos, a menor credibilidade, e aí está enganando, engodando a opinião pública nacional, porquanto é o grande responsável pelo que ocorre neste País. Não merece a nossa credibilidade. As suas declarações são conflitantes, são contraditórias, e quem fala desta maneira falta com a verdade.

Eram essas as palavras que queria deixar registradas, nesta hora, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. SÉRGIO MURILO (MDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou voltando da Europa. Em Portugal assisti ao encontro de trabalhistas do Brasil com trabalhistas brasileiros ainda no exílio. Foi com grande emoção que revi inúmeros compatriotas, longe da Pátria, pensando somente nela, preocupados com o presente e com o futuro do nosso País. Muitos já com sotaque adquirido durante a longa ausência. Todos, porém, sem mágoas ou ressentimentos. Foi um reencontro fraternal, sem a preocupação de conferir cicatrizes. Amadurecidos pelo sofrimento e pela saudade, dotados de alto grau de discernimento, com uma visão global dos problemas brasileiros e da problemática internacional. Todos se contrapõem a qualquer tipo de ditadura, de um extremo ou de outro.

Os que experimentam, ainda, a amarga separação do chão onde nasceram, imposta pelo arbítrio, desejam voltar e se reintegrar na vida política, conscientes da necessidade de aprofundar a luta pacífica por uma democracia não meramente formal, mas de uma ordem democrática que assegure a garantia do trabalho e promova a defesa das nossas riquezas contra a espoliação a que o povo brasileiro está sendo submetido, mais do que nunca, nesses quinze anos de governo antipopular e antinacional.

De Portugal fui à Espanha, que também ainda está em processo de transição de regime autoritário para uma nova ordem de valores democráticos. Em Portugal, a Revolução de 25 de Abril provocou a rutura do regime ditatorial. A descolonização, com a conseqüente independência das novas nações africanas, acarretou profundas conseqüências econômicas. Mas Portugal está consolidando a democracia.

Na Espanha, o processo foi diferente. Um monarca jovem e inteligente cuidou logo de promover a abertura, e a pátria de Unamuno reencontrou a liberdade, com um regime de consenso partidário.

Aqui, no Brasil, a abertura que está sendo feita pelo Governo é fruto das contradições internacionais e de pressões internas, resultantes da luta travada pelas Oposições.

A abertura certamente continuará, enquanto o quadro internacional mantiver essa tendência e à medida que não desfaleçam a vigilância e a luta do povo brasileiro.

O Governo, agora, ao que se prenuncia, vai ceder à reorganização partidária. Provalmente a ele interessaria continuar o regime atual de dois partidos políticos, sem possibilidade da alternância do Poder.

Prova disso é que o MDB, apesar de haver obtido quase seis milhões de votos a mais do que a ARENA, é minoria no Congresso Nacional.

O pluripartidarismo haverá de ampliar a incorporação de novos valores e de lideranças que permaneceram fora do atual quadro partidário. Novos partidos abrirão um leque abrangente de segmentos da sociedade que ficaram à margem da ação político-partidária. Os partidos são peças indispensáveis à coordenação da vontade política do povo. Esta é a hora de cada um definir a sua identidade ideológica e de apresentar o seu projeto político.

O novo trabalhismo propõe-se a apresentar uma solução que evite uma sociedade montada sobre a base do lucro ou sob o peso de um Estado autocrático e despótico.

O novo trabalhismo reivindica uma nova legislação social, a melhoria substancial das condições de vida dos trabalhadores, o direito de greve e liberdade sindical. Preconiza uma ordem democrática fundada na soberania popular, expressa pelo voto em eleições livres. Exige a participação nos lucros e na gestão das empresas. Luta pelo fim da discriminação de raça ou de sexo. É contra a centralização e a concentração de renda e contra o domínio dos mercados pelas multinacionais.

Com efeito não interessa um crescimento econômico, se a desigualdade social continua cada vez mais profunda e se a renda se concentra cada vez mais, enquanto aumentam os bolsões de miséria e o empobrecimento geral da maioria.

A opção que o trabalhismo propõe é a da autogestão de todos os setores da sociedade para ampliar a liberdade, assegurar a participação e impedir as tentações autoritárias.

Pela via democrática, com a utilização de recursos democráticos, é possível a descentralização do poder político. Através da ampla liberdade sindical e da organização político-partidária, pode-se elevar o nível de conscientização do povo e promover a sua mobilização em defesa dos seus legítimos interesses, possibilitando um salto qualitativo das classes trabalhadoras.

A construção da democracia, que é a forma de convivência que a esmagadora maioria do povo brasileiro deseja, há de repensar um bloco de problemas políticos e de problemas sócio-econômicos, em que o trabalho, além de ser um meio de produção, uma atividade econômica, seja a base material do sistema econômico, da felicidade pessoal e do bem-estar social.

A democracia, na lição de Kelsen, significa identidade de dirigentes e dirigidos, do sujeito e objeto do poder do Estado e governo do povo pelo povo. Para isso as Oposições brasileiras, através de novos partidos, poderão e deverão congregar-se, com mais vigor e autenticidade, em torno de pontos de união para transpor obstáculos e criar condições objetivas para uma Assembléia Nacional Constituinte que elabore um novo ordenamento jurídico-constitucional.